



Fundação
Municipal
de Cultura

CONTRATO

CONTRATO Nº 24-2025 - FMC

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE TIMON POR SUA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E OFICINA DIGITAL PRODUÇÕES MARKETING E AGENCIAMENTO DE VIAGENS LTDA, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE ESPECIFICA.

O **MUNICÍPIO DE TIMON**, por intermédio da **Fundação Municipal de Cultura**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 00.850.077/0001-50, situada na **Rua Filomena Martins Nazareno Bringel, s/n, Parque Piauí II, Timon-MA**, neste ato representada pela presidente da Fundação, Sra. **Glauciane Correia dos Santos, brasileira, portadora do RG nº 2.052.701 SSP-PI, inscrita no CPF nº 662.878.553-04, residente e domiciliada na Avenida Benedito Ferreira Campos, N 605, Bairro Parque Alvorada, Timon-MA. doravante denominado simplesmente CONTRATANTE. E, de outro lado, a empresa OFICINA DIGITAL PRODUÇÕES MARKETING E AGENCIAMENTO DE VIAGENS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 15.605.031/0001-43, com sede na Avenida governador Joao Durval carneiro, 1840, A, Ponto Central , Bairro: Feira de Santana, CEP: 44.075-531 - Feira de Santana - BA, neste ato representado na forma de seu Ato Constitutivo, pela Sra. **Ozilanda Oliveira Santana, portadora do CPF: 905.306.325-00 e RG: 06818369-03 representante do " LUKAS AGUSTINHO "**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente, com observância estrita de suas cláusulas, de conformidade com os preceitos de direito público, e os dispositivos instituídos pela Lei nº. 14.133/2021 com suas alterações posteriores e demais normas que regem a espécie; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 2443/2025, relativo à Inexigibilidade de Licitação nº 012/2025, mediante cláusulas e condições seguintes:

Rua Filomena Martins Bringel S/N, Parque Piauí II-Timon-Ma
e-mail: fmculturatimon@gmail.com



Fundação
Municipal
de Cultura

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Este contrato encontra-se fundamentado no Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 012/2025, em conformidade com o art. 74, II da Lei Federal Nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e tem como parte integrante a proposta de preços e todos os demais atos constantes nos autos do processo administrativo nº 2443/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto a Contratação de serviços artísticos musical da atração "LUKAS AGOSTINHO", para apresentação no dia 16 de agosto de 2025, no evento em comemoração ao DIA DO EVANGÉLICO, conforme especificações no termo de referência e proposta.

2.2. O prazo da vigência do CONTRATO, contados a partir da data da sua assinatura e sua publicação do seu extrato na imprensa oficial até o final da apresentação.

2.3. Ficamos consignados que a apresentação musical ao vivo, ora contratada, terá a duração de 90 (noventa) minutos de show, que as informações e dados do evento foram fornecidos pelo CONTRATANTE.

CLAÚSULA TERCEIRA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1- O valor global deste contrato corresponde a R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), constante na proposta devidamente especificada na AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO que será parte integrante e inseparável deste contrato.

3.2. O valor corresponde aos serviços artísticos contratados e ficando a cargo da banda outras despesas relacionadas direta e indiretamente relacionadas ao serviço objeto da contratação, como: transporte aéreo, carga e descarga dos equipamentos da banda etc.

3.3. Os preços fixados para a execução do objeto deste Contrato não serão reajustados.

3.4. O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Município de Timon, em duas parcelas, sendo 50% do valor na assinatura do contrato, 50% em até quarenta e oito horas antes do evento, mediante a apresentação de Nota Fiscal discriminativa, devidamente atestada pelo servidor

Rua Filomena Martins Bringel S/N, Parque Piauí II-Timon-Ma
e-mail: fmculturatimon@gmail.com



Fundação
Municipal
de Cultura

competente da CONTRATANTE, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Termo de Referência, devendo o prestador, na oportunidade, está cadastrado no Município de Timon.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. A Contratante se obriga a proporcionar ao (à) Contratado (a) todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei n- 14.133/2021 e suas alterações posteriores;

4.2. Comunicar ao (à) Contratado (a) toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

4.4. Providenciar o pagamento no valor estipulado na cláusula terceira deste instrumento, ao (à) Contratado (a) à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

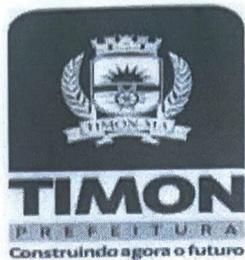
4.5. Faz fiscalização dos serviços por funcionário formalmente designado na forma do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, a quem compete verificar se a empresa está executando os fornecimentos/Serviços, observando o contrato e os documentos que o integram.

a) A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a contratada assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização durante a prestação dos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

b) A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço, total ou parcialmente, que não esteja dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do ato à Área Administrativa, responsável pela execução do contrato, sem que caiba à contratada direito a qualquer indenização.

c) Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

Rua Filomena Martins Bringel S/N, Parque Piauí II-Timon-Ma
e-mail: fmculturatimon@gmail.com



Fundação
Municipal
de Cultura

d) Das decisões da fiscalização, poderá a contratada recorrer ao Núcleo de Licitações, no prazo de três dias úteis da respectiva comunicação.

e) A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização, em qualquer circunstância, não eximirá a adjudicatária da integral responsabilidade pela execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADAS

5.1. Executar o objeto do Contrato de conformidade com as condições e data estabelecidas no presente processo administrativas, neste Termo Contratual e na proposta comercial;

5.2. Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;

5.3 - Responsabilizarem-se totalmente pela execução do objeto;

5.4. Arcar com o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação do serviço contratado inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e para fiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc., ficando excluída qualquer solidariedade do Município por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere ao Contratante;

5.5. Responder, pecuniariamente, por eventuais danos e/ou prejuízos que forem causados ao Município ou a terceiros, relacionados com o serviço;

5.6. No caso de haver alguma desconformidade na execução do objeto, e não serem contornadas no prazo e condições possíveis para total correção, a Fundação Municipal de Cultura poderá adotar as medidas que julgar necessárias, por conta e risco da empresa, sem prejuízo de outras penalidades.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1. O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes, desde que haja comunicação por escrito até 48 (quarenta e oito) horas, antes da data prevista do evento.



Fundação
Municipal
de Cultura

6.3. Nos casos fortuitos ou de força maior que resultem em transferência da data de apresentação dos artistas, principalmente geradas por condições climáticas adversas, catástrofes, atrasos em transportes aéreos e/ou terrestres, greves, sinistros com instrumentos musicais, o CONTRATADO deverá assumir todas as obrigações e custos reincidentes para a realização do show, tais como Transporte, Diárias de Alimentação e Hospedagem da Equipe.

6.4. O CONTRATADO reconhece os direitos da administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 137,1, da Lei 14.133/2021.

6.5. A rescisão contratual poderá se efetivar ainda quando;

a) **Determinada** por ato unilateral e escrita da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a EX do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021;

b) **Amigável**, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

6.6. A rescisão contratual de que trata o inciso I, do art. 137 acarreta as consequências previstas no art. 139, incisos I a IV, ambos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES

7.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa á inexecução parcial do contrato;

II - dar causa á inexecução parcial do contrato que cause grave dano á Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa á inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



Fundação
Municipal
de Cultura

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, **garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:**

7.2.1. advertência;

7.2.2. multa;

7.2.3. impedimento de licitar e contratar e;

7.2.4. **declaração** de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto **perdurarem os motivos determinantes** da punição ou até que seja promovida sua **reabilitação perante a própria autoridade** que aplicou a penalidade.

7.3. Na **aplicação** das sanções serão considerados:

7.3.1. a **natureza** e a gravidade da infração cometida.

7.3.2. as **peculiaridades** do caso concreto.

7.3.3. as **circunstâncias** agravantes ou atenuantes.

7.3.4. os **danos** que dela provierem para a Administração Pública.

7.3.5. a **implantação** ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, **conforme normas e orientações dos órgãos** de controle.

7.4. A multa será recolhida **em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.**

7.4.1. Para as infrações previstas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.



Fundação
Municipal
de Cultura

7.4.2. Para as infrações previstas nos itens 7.1.4, 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7 e 18.1.8, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

7.4.3 O atraso superior a duas horas configurará o não comparecimento "no-show" do contratado, e ensejará a rescisão contratual e aplicação de multa no montante de 30% do valor do contrato licitado.

7.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

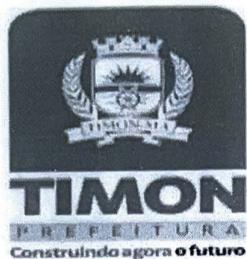
7.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Timon, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

7.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 7.1.4, 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7 e 7.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

7.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o



Fundação
Municipal
de Cultura

qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

7.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.13. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário.

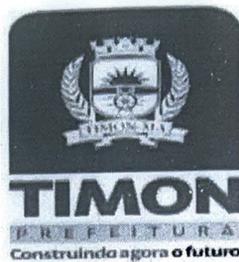
7.14. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

7.15. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

7.16. As sanções relacionadas nos itens 7.2.3 e 7.2.4 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Municipal.

CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO

8.0 Os serviços, objeto deste, será recebido na forma do artigo 140, da Lei nº 14.133/2021, por servidor formalmente designado para este fim, no local/endereço indicado pela CONTRATANTE no Termo de Referência. O serviço deverá ser prestado impreterivelmente na data de 16/08/2025 no horário 21h, na Arena Cocais



Fundação
Municipal
de Cultura

(estacionamento do Cocais Shopping) na Av Piauí, 700, Centro, na Cidade de Timon, no evento em comemoração ao DIA DO EVANGÉLICO e deverá ter duração de 90 minutos.

CLÁUSULA NONA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

9.0. A despesa decorrente do objeto deste Contrato correrá à conta da seguinte Classificação Orçamentária:

Unidade Orçamentária: 02.2301 – Fundação Municipal de Cultura

Função: 13 - Cultura

Sub-Função: 392 – Difusão Cultural

Fonte de Recursos: 1.500 - Recursos Próprios Não Vinculados de Impostos

Elemento da despesa: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros (Pessoa Jurídica)

CLÁUSULA DÉCIMA-DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. O presente contrato é celebrado em caráter irretratável, irrevogável e intransferível, obrigando-se as partes ao seu cumprimento vinculado ao processo administrativo nº 2443/2025 de inexigibilidade de licitação.

10.2. Aplicam-se ao presente contrato as disposições constantes da Lei 14.133/2021 e suas alterações; e em caso de omissão, os preceitos de direito público, direito civil e a teoria geral dos contratos.

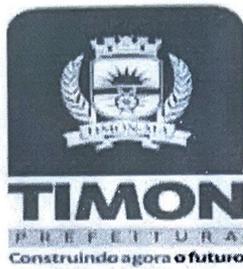
10.3. Declaramos partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado:

10.4. Obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Timon/MA, para conhecimento das questões relacionadas com o presente Contrato que não forem resolvidos pelos meios administrativos.

Rua Filomena Martins Bringel S/N, Parque Piauí II-Timon-Ma
e-mail: fmculturatimon@gmail.com



Fundação
Municipal
de Cultura

11.2. E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

TIMON- MA, 07 de agosto de 2025.

GLAUCIANE CORREIA DOS SANTOS:66287855304
Assinado de forma digital por GLAUCIANE CORREIA DOS SANTOS:66287855304
Dados: 2025.08.07 11:01:44 -03'00'

OFICINA DIGITAL PRODUÇÕES, MARKETING E AGENCIAMEN:15605031000
Assinado de forma digital por OFICINA DIGITAL PRODUÇÕES, MARKETING E AGENCIAMEN:15605031000
Dados: 2025.08.07 21:05:43 -03'00'

Presidente da Fundação Municipal de Cultura
CONTRATANTE

Representante Legal da Banda
CONTRATADO

TESTEMUNHAS

1. Isidoro Pedrosa Gonçalves

Nome

CPF: 005246323-00

2. Emilia Santos de Assis

Nome

CPF: 073.089.703-61

**EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO****MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO****SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2023-SEMAG.****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01652/2024****PREGÃO ELETRONICO 032/2025****FUNDAMENTAÇÃO LEGAL** Artigo 57, Inciso IV da Lei 8.666/93.**CONTRANTE:** Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal – SEMAG
CNPJ Nº 06.115.307/0001-14**CONTRATADA:** A O S SOFTWARE LTDA**CNPJ Nº:** 10.368.980/0001-33**OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 007/2023, por mais 152 (cento e cinquenta) dias.**DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Projeto de Atividade 2036 – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - Fonte de Recursos: 500 – Recursos Próprios do Município.**VALOR GLOBAL:** R\$ 26.000,00**DATA DA ASSINATURA:** 31 de julho de 2025.**EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO****MUNICÍPIO DE TIMON - ESTADO DO MARANHÃO****Contrato nº** 024/2025-FMC**Processo de Inexigibilidade de Licitação nº** 012/2025**Fundamentação legal:** Art. 74, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021**Contratante:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA**CNPJ do contratante:** 00.850.077/0001-50**Contratada:** Oficina Digital Produções Marketing e Agenciamento de Viagens**CNPJ da contratada:** 15.605.031/0001-43**Objeto:** Contratação de serviços artísticos musical da atração "LUKAS AGOSTINHO", para apresentação no dia 16 de agosto de 2025, no evento em comemoração ao DIA DO EVANGÉLICO. **Dotação Orçamentária:****Projeto Atividade:** 2156 - Manutenção da Cultura Popular e Realização de Eventos
Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**Fonte de Recurso:** 1.500 – Recursos Próprios não Vinculados de impostos**Valor Global:** R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)**Data da Assinatura:** 07/08/2025.**Data da Vigência da contratação:** Contados a partir da data da sua assinatura e sua publicação do seu extrato na imprensa oficial até o final da apresentação.**MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO****CONTRATO Nº 072/2025 – FUNDEB****Processo Administrativo nº** 03897/2025 – SEMED.**Interessado:** Município de Timon-MA, por meio Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização de Profissionais da Educação – FUNDEB.**Fundamentação Legal:** Art. 74, I da Lei nº. 14.133/2021.**Inexigibilidade de Licitação nº** 017/2025.**Objeto:** Contratação direta de empresa especializada na realização do III Simpósio nacional captar com estratégias, reduzir perdas e aumentar recursos, para formação de gestores, adjuntos e servidores com cargos de direção da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.**Contratante:** Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização de Profissionais da Educação – FUNDEB.**Contratada:** IDEIA CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA/ME, inscrita no CNPJ sob o nº 50.713.345/0001-60.**Valor total:** R\$ 5.960,00 (cinco mil novecentos e sessenta reais) **Dotação Orçamentária:****Fonte do Recurso:** FUNDEB- 543.**Função Programática:** 12.361.1014.2214.000 - Manutenção do FUNDEB 30% Fundamental.**Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica**Data da assinatura:** 07/08/2025. **Vigência do Contrato:** até 31 de dezembro de 2025.**EXTRATO DE TERMO DE CONVALIDAÇÃO****MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**

O Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Timon-IPMT no uso de suas atribuições legais, e, considerando que constatamos ausência de publicação da homologação e adjudicação do contrato nº 005/2025 da empresa RECICLE EXPRESS IND. & COM. LTDA; Considerando que o fato não gera qualquer lesão ao interesse público ou de terceiros, uma vez que o respectivo ato transcorreu na forma da lei; Considerando o poder-dever da Administração de convalidar os atos que não possuam vícios insanáveis, como os de objeto, motivo e finalidade, nem mesmo prejuízo aos direitos de terceiros, conforme determina o art. 55 da Lei nº. 9.784/99 – Lei de Processo Administrativo da União, que autoriza a convalidação, pela própria Administração, de atos em que se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, nos quais sejam constatados apenas defeitos sanáveis, aplicável ao caso em referência: Fica convalidado o ato relativo à publicação da homologação e adjudicação do contrato nº 005/2025 da empresa RECICLE EXPRESS IND. & COM. LTDA, devendo ocorrer a sua respectiva publicação,

convalidação esta respaldada nos princípios da Administração Pública e na Lei Federal nº. 9.784/99.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

DADOS DO PROCESSO	
Nº DO PROCESSO ADMINISTRATIVO:	197/2025-IPMT
MODALIDADE:	Adesão a ata registro de preços nº 010/2025
ÓRGÃO GERENCIADOR:	Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Timon/ MA-IPMT.
OBJETO:	Contratação de empresa para aquisição parcelada de materiais, equipamentos e suprimentos de informática diversos, para atender o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de TIMON/MA - IPMT, com adequação à Lei 14.133/2021, com vista a necessidades específicas do IPMT.
VALOR TOTAL DA ADJUDICAÇÃO:	R\$ 182.633,89 (Cento e oitenta e dois mil seiscentos e trinta e três reais e oitenta e nove centavos)
DADOS DA EMPRESA:	RECICLE EXPRESS IND. & COM. LTDA. inscrita no CNPJ: 07.969.885/0001-80, sediada no endereço: Rua Desembargador Francisco Pires de Castro, nº 551/1, Centro, Teresina/PI, CEP: 64.001-360.

PREÂMBULO

Aos 18 de julho de 2025, acolhendo o parecer jurídico exarado no processo administrativo nº 197/2025 reconhece ser oriundo a ata nº 015/2025 em adesão ao pregão eletrônico nº 010/2025, através de Adesão Modalidade Carona, referente ao processo administrativo em epígrafe, com base no com base no Art. 53 da Lei nº 14.133/2021, ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a presente licitação, nos termos, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

Timon (MA), 18 de julho de 2025.

Romauro Luiz Vanderley de Oliveira

Presidente do IPMT

Portaria nº 030/2025 Mat. 9119-9

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS**Portaria nº 083/2025-GP****Favorecido:** ITAMAR ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR**Cargo/função:** DIRETOR GERAL**Órgão:** AGERT**Destino:** Timon-MA/São Paulo-SP/Timon-MA**Período:** 14 a 17 de agosto de 2025.**Qtda. de Diárias:** 04 (quatro).**Valor Unitário:** R\$ 520,00**Valor Total:** R\$ 2.080,00**Finalidade:** conhecer a estrutura operacional e organizacional da ARES-PCJ e em continuidade visita a ARSESP para discutir boas práticas na fiscalização de serviços de saneamento**Portaria de Concessão nº 55/2025-SEMSPC****Favorecido:** MARIELY DE ALMEIDA VILHENA PONTE**Cargo/Função:** Secretária Municipal de Segurança Pública e Cidadania**Órgão:** Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania**Destino:** Timon-MA/Recife-PE/Timon-MA**Período:** 18/08/2025 a 21/08/2025. **Quantidade de Diárias:**04 (quatro) **Valor Unitário:** 520,00. **Valor Global:** 2.080,00**Finalidade:** Participar do evento 3º fórum Nacional Integrado de Segurança Pública, Defesa Civil e Trânsito que ocorrerá na cidade de Recife-PE, no período de 18 a 21 de agosto de 2025.**Portaria de Concessão nº 54/2025-SEMSPC****Favorecido:** REJANE ALMEIDA DA SILVA**Cargo/Função:** Inspetora da Guarda Civil Municipal**Órgão:** Guarda Civil Municipal**Destino:** Timon-MA/Recife-PE/Timon-MA**Período:** 18/08/2025 a 21/08/2025. **Quantidade de Diárias:** 04 (quatro)**Valor Unitário:** 520,00. **Valor Global:** 2.080,00**Finalidade:** Participar do evento 3º fórum Nacional Integrado de Segurança Pública, Defesa Civil e Trânsito que ocorrerá na cidade de Recife-PE, no período de 18 a 21 de agosto de 2025.**PORTARIA Nº 014/2025-SEMFPQG****FAVORECIDO:** AÉCIO FRANCISCO SANTOS BORGES**CARGO/FUNÇÃO:** SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTARIA

Praça São José, s/n, Centro / CEP: 65.636-160 CNPJ: 06.115.307/0001-14 – Timon - MA.

O Município de Timon/MA dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site: www.timon.ma.gov.br/diario-oficial/